

Senador quer dívida externa sob auditoria

Na próxima quarta-feira, o vice-líder do Governo, senador Odacir Soares (PFL-RO) vai requerer à Comissão de Assuntos Econômicos a auditoria da dívida externa contraída de 1964 até agora, concretizando uma proposta que a esquerda sempre defendeu no País. "Vamos dar apoio", garante o líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno. Na verdade, o vice-líder do Governo fará a reapresentação de um requerimento encaminhado a 14 de novembro do ano passado. Ele achou melhor repetir esta iniciativa agora, em razão da mudança de legislatura.

Para justificar o pedido, o vice-líder argumenta que o Brasil deverá pagar, entre o que já desembolsou e o que resta de seus débitos, não incluídos aí os juros a vencer, cerca de oito vezes o valor do principal que lhe foi emprestado. Segundo ele, "o montante da dívida é tão elevado, que basta isso para se exigir um profundo e meticuloso exame de sua origem e desenvolvimento". São centenas de credores, entre bancos oficiais e privados, empresas privadas, agências internacionais de desenvolvimento, organismos financeiros oficiais etc; a cobrarem encargos financeiros, juros moratórios, multas por inadimplência, elevados "spreads" (taxas de riscos), sem que, espantosamente, jamais o Banco Central tenha promovido ampla e minuciosa auditoria, seja para verificar a validade e autenticidade das cifras a débito, seja para apurar o crescimento da dívida em função da elevação exagerada das taxas de juros, admitindo-se mesmo que nem sempre a elevação encontra respaldo no instrumento contratual de empréstimo".

A previsão do senador é de que a auditoria deva demorar de três meses a um ano. Mas, já vencido o primeiro trimestre de levantamento, acha possível se ter um perfil preliminar do que está realmente acontecendo com essas contas. Por isso, ele recomenda que nenhum acordo para renegociação global da dívida seja fechado antes desse prazo. O acordo firmado nesta semana, na sua opinião, não deverá trazer nenhum impedimento à verificação da dívida.

Odacir Soares propõe que a auditoria seja realizada por uma empresa independente, sem vínculos com o Governo brasileiro ou com quaisquer credores do País. E lembra, ainda, que o momento para tomar uma iniciativa como essa é agora, em razão da posição do Executivo de forçar os credores a um acordo de pagamento da dívida, com adoção de uma estratégia diversa das adotadas anteriormente e que, por força da Constituição Federal, deverá obter o apoio do Senado Federal.